

Governo ausente, Estado capturado

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 23.05.05

Hoje , no Brasil, não existe governo, apenas Estado. Enquanto o governo só é perceptível ao nível de alguns ministérios, o Estado garante a ordem e os serviços públicos. O sinal mais claro da sua paralisação está no impasse surgido com a Câmara dos Deputados, mas a falta de governo é um processo mais geral, que facilita a captura do Estado por grupos poderosos, internos e externos.

Governar é tomar decisões e promover os objetivos políticos básicos das sociedades democráticas: liberdade, justiça e desenvolvimento econômico. Como a liberdade está hoje razoavelmente assegurada no Brasil, o desafio está na justiça social e no desenvolvimento.

Ora, o governo não tem projeto nessa direção. Embora tenha sido eleito com base na crítica acerba ao governo anterior, repete os acertos e principalmente os erros daquele governo, no qual se espelha de maneira patética. Comprova-se, assim, mais uma vez, quão difícil é governar o Brasil. Difícil por motivos estruturais, que se refletem em fatores institucionais.

As causas estruturais são conhecidas. Em primeiro lugar, temos a própria dimensão do país, geográfica e populacional. Em segundo, há a radical heterogeneidade social da população, dadas as profundas diferenças de classe.

Essa heterogeneidade é parcialmente compensada por uma língua única, e uma identidade cultural forte, que, entretanto, não se traduzem em identidade política nacional: ao contrário do que acontece nos países ricos, não está claro para os brasileiros que o governo tem como obrigação defender o trabalho, o capital e o conhecimento nacionais.

Um terceiro fator estrutural que torna difícil governar o Brasil está no fato de que grande parte de nossa sociedade, principalmente suas elites intelectuais e seus setores rentistas, serem dependentes do exterior, incapazes de pensar o Brasil em termos do interesse nacional. As instituições nacionais refletem essa heterogeneidade e alienação social e, assim, contribuem para a dificuldade em governar. A inadequação das instituições eleitorais é particularmente importante.

Ao rejeitar qualquer sistema distrital, essas instituições afastam os eleitores dos eleitos. Ao adotarem o sistema de voto proporcional com listas abertas, enfraquecem os partidos, e facilitam a eleição de políticos sem efetiva representatividade política.

Dessa forma, facilita-se a eleição de "políticos de negócios", que apenas fazem compensações entre a vontade de serem reeleitos e a de ficarem ricos, enquanto se dificulta a eleição de políticos republicanos, cuja compensação é entre a vontade de serem reeleitos e a busca do interesse público.

O mais grave é que sistema proporcional de listas abertas impede que o partido vitorioso nas eleições alcance ou se aproxime de alcançar maioria no Congresso, levando ao chamado "presidencialismo de coalizões". Alguns cientistas políticos, com base em pesquisas, chegaram à conclusão de que esse sistema não impede a governabilidade, já que os governos têm logrado apoiar a maioria de suas proposições. Não consideram, porém, que isto é conseguido por meio de uma desmoralizante "compra" de apoio dos políticos.

Diante desse quadro, governar exige habilidade e competência política para fazer os compromissos necessários, e, ao mesmo tempo, a determinação e a coragem de buscar objetivos nacionais mesmo que com risco da própria reeleição. Isso implica lograr maioria no Congresso para realizar reformas, sem comprometer em demasia os próprios objetivos do governo.

Não é isso o que vemos hoje no Brasil. Em vez de um governo que define objetivos nacionais claros e estratégias que conduzam a eles, e estabelece limites para os compromissos a que está disposto a fazer, o que vemos é um governo fraco e acuado pelo que há de pior na política. Instala-se, assim, a chamada "crise de governabilidade", que não é outra coisa senão a ausência de governo.

Se o governo tivesse objetivos claros e limites definidos quanto ao que está disposto a conceder, nem os políticos fisiológicos, nem os rentistas teriam tanto poder. Na falta deles, o governo se vê prisioneiro de seus capturadores. Os salários dos trabalhadores e da classe média caem, sobem os salários de alguns setores privilegiados da burocracia, crescem os juros dos rentistas e vicejam os rendimentos do setor financeiro associado a esses juros.

Nesse quadro de paralisia do Estado e de crise de governabilidade, a captura do Estado se institucionaliza. Em alguns momentos chega ao limite da corrupção consentida.

Quando não chega a esse limite, se expressa na subordinação do país a políticas econômicas recomendadas por terceiros, no pagamento de juros absurdos e na confusão do partido político com o governo e do governo com o Estado. Em qualquer uma das hipóteses, é a cidadania que sai derrotada, é a sociedade brasileira que assiste, perplexa, à ausência de governo.